

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA

**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

Atena
Editora
Ano 2019



O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA

**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

Atena
Editora
Ano 2019



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B823	<p>O Brasil dimensionado pela história [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-823-6 DOI 10.22533/at.ed.236190312</p> <p>1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 981.65</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiossincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes bases, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DA CIDADE E DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA	
Wagner Cavalheiro	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.2361903121	
CAPÍTULO 2	11
PATRIMÔNIO: ESPAÇO DIDATIZADO – CASO DO INSTITUTO BRUNO SEGALLA, CAXIAS DO SUL	
Paloma Lava	
DOI 10.22533/at.ed.2361903122	
CAPÍTULO 3	21
O PATRIMÔNIO TERRITORIAL PÚBLICO E OS REGISTROS DOCUMENTAIS	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.2361903123	
CAPÍTULO 4	32
SERRA NEGRA DO NORTE/RN – BERÇO DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL-NATURAL ADORMECIDO	
Rita de Cássia Dantas de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2361903124	
CAPÍTULO 5	45
IDENTIDADE E LUGARES DE MEMÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS MONTES GUARARAPES	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2361903125	
CAPÍTULO 6	53
ARQUIVOS, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: OS BENEFÍCIOS E OBSTÁCULOS DESSAS APROXIMAÇÕES	
Railane Antunes Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2361903126	
CAPÍTULO 7	65
NO LINEAR DA PRIMEIRA REPÚBLICA A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DE MINAS GERAIS (1906–24), O PAPEL DO INSPETOR E DIRETOR	
Sandra Maria de Oliveira	
Betânia Oliveira Larteza Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.2361903127	
CAPÍTULO 8	84
A QUESTÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DE INTERVENÇÕES DO COTIDIANO	
O MONUMENTO ÀS BANDEIRAS E O PÁTIO DA CRUZ	
Editon Mioshi Arakawa Barretto	
DOI 10.22533/at.ed.2361903128	

CAPÍTULO 9	97
ENSINO DE HISTÓRIA E A PRESENÇA NEGRA NOS TRÓPICOS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM O CONTO A BOTIJA DE OURO	
Atenor Junior Pinto dos Santos Marcos Ferreira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.2361903129	
CAPÍTULO 10	107
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: OS ARQUIVOS ESCOLARES COMO POSSIBILIDADE DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS	
Vanessa Campos Mariano Ruckstadter Janete Leiko Tanno Flávio Massami Martins Ruckstadter	
DOI 10.22533/at.ed.23619031210	
CAPÍTULO 11	118
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER: A ENTREVISTA COMPREENSIVA E AS POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS DOS DISCURSOS DE MULHERES EDUCADORAS	
Roselia Cristina de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.23619031211	
CAPÍTULO 12	133
ASPECTOS DA HISTÓRIA DAS CRECHES NA CIDADE DE MARÍLIA/SP, BRASIL: 1940-1997	
Josiane de Moura Dias Marquizeli	
DOI 10.22533/at.ed.23619031212	
CAPÍTULO 13	141
A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UM BREVE PANORAMA DOS TRABALHOS REALIZADOS EM IJUÍ/RS	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.23619031213	
CAPÍTULO 14	148
BRASIL E ÁFRICA DO SUL NO CONTEXTO DO APARTHEID: RELAÇÕES E RUPTURAS	
Mariana Schlickmann	
DOI 10.22533/at.ed.23619031214	
CAPÍTULO 15	157
ARQUITETURAS DE USO MISTO EM MACAÚBAS, ALTO SERTÃO BAIANO: SISTEMAS CONSTRUTIVOS, PRÁTICAS DE MORAR E TRABALHAR	
José Antônio de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.23619031215	
CAPÍTULO 16	174
HISTÓRIA DA SECA, DA FÉ E DO NORDESTE CANTADA PELO REI DO BAIÃO	
Romero de Albuquerque Maranhão Norberto Stori	
DOI 10.22533/at.ed.23619031216	

CAPÍTULO 17	183
A PAISAGEM AMBIENTAL DE CUBATÃO NAS OBRAS DE NORBERTO STORI	
Romero de Albuquerque Maranhão	
Norberto Stori	
DOI 10.22533/at.ed.23619031217	
CAPÍTULO 18	192
“A PROPRIEDADE PRIVADA É SAGRADA E PONTO FINAL”: A FALA DO PRESIDENTE BOLSONARO AOS RURALISTAS E A VIOLÊNCIA NO CAMPO	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.23619031218	
CAPÍTULO 19	200
REPRESENTAÇÕES DO JORNAL <i>O GLOBO</i> SOBRE O PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE LEONEL BRIZOLA (1979-1980)	
Marcelo Marcon	
DOI 10.22533/at.ed.23619031219	
CAPÍTULO 20	211
A QUESTÃO CHRISTIE (1861-1863) E O ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E A GRÃ-BRETANHA: ECOS NA IMPRENSA, NA PINTURA, NO TEATRO E NA NARRATIVA <i>O DONATIVO DO CAPITÃO SILVESTRE</i> (1893), DO PARAENSE INGLÊS DE SOUSA	
Denise Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.23619031220	
CAPÍTULO 21	227
O HOMEM QUE CRIOU SHERLOCK HOLMES: ARTHUR CONAN DOYLE ENTRE AS CIÊNCIAS E A LITERATURA	
Jarbas de Mesquita Neto	
DOI 10.22533/at.ed.23619031221	
CAPÍTULO 22	237
ESTÉTICA NEGRA E DESCOLONIZAÇÃO DA IMAGEM NO CINEMA NEGRO DE SPIKE LEE E ZÓZIMO BULBUL	
Jéfferson Luiz da Silva Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.23619031222	
CAPÍTULO 23	248
CONSONÂNCIAS METODOLÓGICAS NAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA DO CHORO	
Denis Wan-Dick Corbi	
DOI 10.22533/at.ed.23619031223	
CAPÍTULO 24	260
DOS POBRES CAVALEIROS DE CRISTO À IGREJA DE SATÃ - AS RESSIGNIFICAÇÕES DO BAPHOMET	
Lívian Mota Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.23619031224	

CAPÍTULO 25	271
KUÑANGUE ATY GUASU ENTRE RITUAIS: A RESISTÊNCIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI NO MS	
Marlene Ricardi de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.23619031225	
CAPÍTULO 26	279
O SILENCIO SOBRE AS AFETIVIDADES FEMININAS: ESCRAVIDÃO, GÊNERO E CORPO NO MARANHÃO COLONIAL	
Nila Michele Bastos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.23619031226	
CAPÍTULO 27	293
UM OLHAR SOBRE O URBANO NO BRASIL COLONIAL: IRMANDADES DE NEGROS E ESPACIALIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA	
Valter Luiz de Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.23619031227	
CAPÍTULO 28	305
O VITALISMO E AS ORIGENS DA FISILOGIA MODERNA	
Jarbas de Mesquita Neto	
DOI 10.22533/at.ed.23619031228	
CAPÍTULO 29	317
RECOLHIMENTO DOS POBRES DO PÃO DO SANTO ANTÔNIO: POBREZA E ASSISTÊNCIA EM DIAMANTINA, 1901-1910	
Paula Afonso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.23619031229	
CAPÍTULO 30	330
REDES CEREBRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA	
Valeria Portugal	
DOI 10.22533/at.ed.23619031230	
CAPÍTULO 31	336
RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL EM GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA DITADURA CIVIL -MILITAR: CASO VOLKSWAGEN DE SÃO BERNARDO DO CAMPO NO INQUÉRITO CIVIL-PÚBLICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	
Nicole Naomi Handa Nomura	
DOI 10.22533/at.ed.23619031231	
CAPÍTULO 32	341
SEMEANDO AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO MENTAL, CONTRA A MONOCULTURA DA MENTE	
Mônica Chiffolleau	
Juliana Dias	
DOI 10.22533/at.ed.23619031232	
CAPÍTULO 33	348
SÓSMACOS: O MODERNISMO VISTO PELO LADO DE CÁ	
Nelson de Jesus Teixeira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.23619031233	

CAPÍTULO 34	356
TEM PEOA NO PANTANAL? SIM! NO UNIVERSO LABORAL MASCULINO HÁ ESPAÇO PARA A MULHER	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva Sabrina Sales Araújo Patrícia Helena Mirandola Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.23619031234	
CAPÍTULO 35	368
O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II	
Vera Maria Ferreira Rodrigues Regina Maria Macedo Costa Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.23619031235	
CAPÍTULO 36	374
O INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA MATEMÁTICA COMO CAMPO CIENTÍFICO NO BRASIL	
Valessa Leal Lessa de Sá Pinto Angelo Santos Siqueira Abel Rodolfo Garcia Lozano Sérgio Ricardo Pereira de Mattos Jhoab Pessoa de Negreiros Tereza Luzia de Mello Canalli Geovane André Teles de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.23619031236	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	385
ÍNDICE REMISSIVO	386

ASPECTOS DA HISTÓRIA DAS CRECHES NA CIDADE DE MARÍLIA/SP, BRASIL: 1940-1997

Josiane de Moura Dias Marquizele

RESUMO: Apresentam-se resultados parciais de pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP— Universidade Estadual Paulista, campus de Marília/SP e à linha “Memória e história da educação” do Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil”- GPHEELLB, em funcionamento desde 1994. Com os objetivos de contribuir para a produção da história e preservação da memória da educação no município de Marília/SP-Brasil, focaliza-se o lugar do Berçário Municipal “Mãe Cristina” na história da educação infantil desse município. Para tanto, elaborou-se um instrumento de pesquisa, centrado em pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida por meio da utilização dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de fontes documentais, contendo relação de 112 referências de textos que se relacionam com a essa instituição, publicados entre 1966 e 2013. Inicialmente essa instituição se denominava Creche “Ignácio de Loyola Torres”, inaugurada em 1966, com cunho assistencialista e mantida por uma entidade religiosa/espírita. Os resultados parciais obtidos propiciam, ainda, compreender que, após a promulgação das Leis

das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, a Creche “Ignácio de Loyola Torres” foi denominada Berçário Municipal “Mãe Cristina” e passou a ser mantida pela prefeitura municipal de Marília/SP-Brasil, funcionando no prédio do Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”.

PALAVRAS-CHAVE: Berçário “Mãe Cristina”; Creche; Instituições Confessionais.

1 | INTRODUÇÃO

Com o objetivo de compreender aspectos da história do Berçário “Mãe Cristina”, de Marília/SP, apresento, neste texto, resultados parciais de pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista [UNESP], campus de Marília/SP, Brasil, e à linha “Memória e história da educação”, pertencente ao Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” [GPHEELLB]. O objetivo da pesquisa é contribuir para a produção da história e a preservação da memória da educação no município de Marília/SP, Brasil, focalizando o lugar do Berçário Municipal “Mãe Cristina” na história da educação infantil do município. Para tanto, elaborei um instrumento de pesquisa, centrado em pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida por meio da utilização dos

procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenamento de referências, resultando no documento intitulado *Fontes para o estudo do Berçário Municipal “Mãe Cristina”*: um instrumento de pesquisa (MARQUIZELI, 2016), no qual estão reunidas 1260 referências de textos, organizadas em três seções, conforme o tipo do texto. A análise preliminar dos documentos possibilita compreender aspectos importantes da história da educação infantil mariliense, bem como brasileira, nas décadas finais do século XX, evidenciando a importância do Berçário “Mãe Cristina” na história da educação infantil municipal. Desse modo, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental, apresento, inicialmente, características das primeiras entidades assistenciais de Marília/SP, Brasil, e, na sequência, aspectos da Creche “Ignácio de Loyola Torres” e do Berçário “Mãe Cristina”. Já em derradeiro, seguem as considerações finais.

Primeiras Entidades Assistenciais de Marília/SP

As primeiras entidades assistenciais de Marília/SP, Brasil, eram mantidas, em sua maioria, pelas comunidades católicas e as comunidades espíritas do município:

[...] a religião católica foi a primeira que se fez presente, pois os criadores dos primeiros patrimônios eram católicos. [...] Bento de Abreu Sampaio Vidal, quando projetou o Patrimônio de Marília, já reservou lugar para a igreja de seu padroeiro – São Bento, que construiu às suas próprias expensas. (LARA, 1991, p. 159-162)

Ainda segundo Lara (1991), um grupo de católicos da cidade, chefiados pelos padres, fundaram:

- em 1930, o “Lar São Vicente de Paulo”, destinado à velhice desvalida;
- em 1943, a “Creche da Juventude Católica de Marília”, cujo objetivo inicial era “[...] incentivar a educação física e intelectual das crianças, jovens e adultos [...]” (LARA, 1991, p. 181);
- em 1946, o Albergue Noturno “São José”, prestador de atendimento aos “indigentes”;
- em 1949, o Lar da Criança “Creche Dona Nhanhã”, entidade “[...] criada para internar menores do sexo feminino” (LARA, 1991, p. 182);
- em 1979, o Lar de Assistência à Criança, “[...] dedicado ao serviço de creche, atendendo a menores de ambos os sexos, até a idade de 6 anos” (LARA, 1991, p. 179-180); e
- o Lar/Creche “ Nossa Senhora da Glória”.

Em Marília/SP, desde 1928, tem-se, também, o registro da presença atuante de cidadãos do movimento espírita. Consoante Lara (1991), a comunidade espírita, em 1939, liderou a instalação do “Hospital Espírita Deus”, instituição voltada ao tratamento dos “doentes mentais”, e de entidades assistenciais, tais como:

- Creche de Assistência Maternal “Alzira Zarur”, fundada em 1952;
- Associação Filantrópica de Marília, constituída em 1953, cuja finalidade é: “[...] a) recolher e amparar os mendigos da cidade [...]; b) prestar amparo às famílias desempregadas e necessitadas [...]; c) para a realização de seus afins [...]” (LARA, 1991, p. 187);
- “Mansão Ismael”, estabelecida em 1955, considerada uma “[...] entidade para prestação à velhice desvalida” (LARA, 1991, p. 178);
- Lar das Meninas “Amélie Boudet”, fundado em 1956; recebia “[...] menores do sexo feminino de 0 a 13 anos de idade [...]” (LARA, 1991, p. 178);
- Restaurante Infantil, fundado em 1960. De acordo com Lara (1991), essencialmente, foi uma instituição que se dedica à alimentação de menores em situação de miséria, compreendendo o bairro Palmital, Marília/SP, Brasil;
- Associação de Senhoras Espíritas de Marília, fundada em 1962, cuja finalidade está no “[...] amparo à maternidade e a infância desvalida e a cooperação com associações de amparo a crianças já existentes” (LARA, 1991, p. 186);
- Creche “Ignácio de Loyola Torres”, instituída em 1966;
- “Casa do Caminho”, fundada em 1975; uma entidade “[...] onde se executava orientação moral e profissional do menor de ambos os sexos, bem como, aos seus familiares, [...] com aulas de moral cristã, reuniões doutrinárias e evangélicas para adultos [...]” (LARA, 1991, p. 186);
- Legião Feminina de Marília, formada em 1978; a entidade “socorreu” “[...] famílias carentes de alimentação, vestuários, remédios e outras necessidades” (LARA, 1991, p. 184).

Seguindo nesse diapasão, na continuidade, serão apresentados aspectos da Creche “Ignácio de Loyola Torres”, instituição que, posteriormente, em 1997, passou a ser mantida pelo governo municipal, sendo denominada Berçário “Mãe Cristina”.

Creche “Ignácio de Loyola Torres”

O Berçário “Mãe Cristina”, inicialmente foi nomeado Creche “Ignácio de Loyola Torres” e sua natureza era assistencialista, benevolente e “espiritualista”. Lara (1991, p. 183) observa que, “[e]m 19 de fevereiro de 1961, o Centro Espírita ‘Amantes da Pobreza’ resolveu fundar uma creche para o atendimento à infância desvalida”. Logo, adquirido o terreno, iniciou-se a construção do prédio que “[...] não parou até sua inauguração, em 23 de julho de 1966, tendo concorrido para apressá-la o Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor” (LARA, 1991, p. 183). Embora fundada pelo Centro Espírita “Amantes da Pobreza”, a instituição teve “personalidade jurídica” e foi filiada ao “Instituto Assistencial Espírita de Marília” (LARA, 1991, p. 183).

O *Jornal do Comércio*, em 23 de julho de 1966, noticiou a inauguração da Creche “Ignácio de Loyola Torres” com uma pequena nota intitulada “Marília tem

nova creche”. O artigo em apreço anunciou que estariam presentes no evento os diretores da creche, o representante do consórcio intermunicipal de assistência e outras autoridades. Na data seguinte, em 24 de julho de 1966, o mesmo jornal voltou a publicar a abertura da creche, destacando “[a] importância da obra para o setor assistencial de Marília, pondo em relêvo por todos os presentes que foram homenageados, em seguida, com um coquetel” (“Inaugurada a creche Ignácio Loyola Torres”, 1966).

Pelos registros das duas edições, infere-se que a creche iniciou seu funcionamento por iniciativa da comunidade espírita local, na pessoa de seu membro atuante e “notável”, proprietário da “Alfaiataria Carioca” em Marília/SP, o Sr. Hygino Muzzi Filho; e com o apoio, na fase final dos esforços, do Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor, contando com a presença do prefeito à época, Armando Biava (1964-1969), e do deputado federal Aniz Badra Para Lara (1991, p. 82), “[a]s entidades filantrópicas da cidade [Marília/SP] sempre foram beneficiadas pelo Dr. Aniz Badra, que como Deputado, lhes destinava verbas especiais [...]”.

Em Marília/SP, nessa época,

[...] prevalecia uma política de ajuda governamental às entidades filantrópicas e assistenciais ou de incentivo a iniciativas comunitárias, por meio de programas emergenciais de massa, de baixo custo, desenvolvidos por pessoal leigo, voluntário [...]. (OLIVEIRA, 2011, p. 107)

A Creche “Ignácio de Loyola Torres” recebeu auxílios financeiros do governo do Estado de São Paulo (saliente-se que, sobre a questão, localizei decretos nos anos de 1974 e 1978) e do governo municipal (aqui, localizei leis municipais nos anos de 1993 e 1995). No entanto, as creches não foram assumidas, totalmente, pelo governo municipal, tampouco pelo governo estadual; com isso, vinculava-se a poucas ações da Secretaria da Assistência Social do Estado e a poucas iniciativas da Secretaria da Assistência Social do município.

Com a Constituição Federal Brasileira de 1988, o atendimento em creche, pela primeira vez, foi integrado ao sistema educacional e garantido como dever do Estado nas políticas públicas e como direito da criança. Tendo em conta a Carta Magna, “[...] [a] educação das crianças, concebida antes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional [...]” (LEITE FILHO; NUNES, 2013, p. 71).

Na década de 1990, as políticas educacionais nacionais referentes aos direitos das crianças de até seis anos foram influenciadas pelas orientações do Banco Mundial na “[...] definição de prioridades e estratégias, de modelos de política educacional” (ROSEMBERG, 2011, p. 66). Rosemberg (2011) pondera que o Banco Mundial, “ao lado” dos empréstimos, fornecia orientações técnicas para a educação mediante uma “concepção economicista”; e, no campo da educação infantil, “[...] entra no Brasil com uma nova concepção: a de ‘desenvolvimento infantil’[...]” (ROSEMBERG, 2011, p. 66).

As políticas educacionais para educação infantil também foram influenciadas por orientações nacionais de professores, legisladores e intelectuais. A educação infantil poderia ser abalizada como o princípio da alfabetização, uma preparação da criança para o ensino fundamental; portanto, uma aliada contribuindo no combate aos altos índices de retenção escolar nos anos iniciais. Nessa seara, entende-se que as situações de aprendizagem da leitura e escrita na educação infantil logriam, pois, ser as mais diversas possíveis, de tal modo que a criança teria, já naquele momento, a oportunidade corrente de experiências em leitura e escrita.

A década de 1990 foi muito importante para a educação infantil no que se refere às políticas públicas. Em 1996, com a aprovação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* [LDBEN], Lei nº 9394/96, ampliou-se o conceito de educação básica, tornando a educação infantil etapa inicial da educação básica.

Nesse cenário, recuperando o foco no município de Marília/SP, distingue-se que a Creche “Ignácio de Loyola Torres” enfrenta dificuldades financeiras de manutenção e permanência, dado que os poucos recursos financeiros advindos da Secretaria de Assistência Social cessaram. No âmbito das políticas públicas, o governo do Estado de São Paulo, entre os anos de 1996 e 1997, publicou decretos estaduais autorizando a Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social a celebrar convênios para transferência de recursos financeiros aos municípios paulistas para a construção, reforma ou ampliação de núcleos de promoção social ou creches municipais.

Para evitar o fechamento da creche em estudo, os mantenedores procuraram a administração municipal e a solução encontrada foi firmar uma parceria mediante Contrato de Comodato, em que a instituição espírita “cedia”, por dez anos, o prédio para a Prefeitura Municipal de Marília.

Em 06 de setembro de 1997, foi instalado o primeiro berçário público no município de Marília/SP, o Berçário “Mãe Cristina”; um repasse financeiro da Secretaria Estadual da Criança, Família e Bem Estar Social e da parceria do poder público municipal com o Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza” viabilizou a fundação da entidade. Ressalte-se que o prédio em evidência foi construído, originalmente, para alojar a Creche “Ignácio de Loyola Torres”, em 1966. A abertura do Berçário foi difundida pelos dois jornais de maior circulação de Marília/SP à época, o *Jornal da Manhã* e o jornal *Diário de Marília*.

Quando da inauguração do Berçário “Mãe Cristina”, o *Diário de Marília* assim destacou: “[...] considerado um projeto piloto de caráter educativo” (Educação inaugura primeiro berçário, 1997, p. 8A), com um “[...] padrão de estrutura e atendimento que transforma o serviço em modelo para a cidade” (“Educação inaugura primeiro berçário”, 1997, p. 8A), informando que o objetivo da secretária Municipal da Educação de Marília/SP, Sra. Célia Regina Carmanhani Branco, era “[...] atender famílias de baixa renda que a mãe precise trabalhar” (“Educação inaugura primeiro berçário”, 1997, p. 8A) e que os interessados em efetuar a matrícula deveriam apresentar “[...] atestado de trabalho com informações sobre a renda” (“Educação inaugura primeiro

berçário”, 1997, p. 8A).

Já no dia seguinte, o mesmo *Diário de Marília* voltou a publicar pormenores do evento: a presença 200 pessoas, dentre elas o prefeito da cidade, a secretária municipal da educação e o juiz de direito Emanuel Tavares Costa, que trabalhou na Vara da Infância e Juventude em Marília; ressaltando, também, a parceria da prefeitura municipal com “[...] a Secretaria Estadual da Criança e Bem estar Social para viabilizar o projeto, com um repasse de 216 mil reais” (“Bairros de periferia terão berçários”, 1997, p. 11A).

Nessa mesma data, ou seja, no dia seguinte à inauguração, o *Jornal da Manhã* informou que o Berçário “Mãe Cristina” foi criado para atender a crianças de três meses a dois anos de idade, “[...] permitindo às mães da periferia que trabalham fora aumentar sua renda familiar” (“Prefeitura inaugura Berçário Municipal”, 1997, p. 06). A matéria em foco veiculou outros esclarecimentos, dentre os quais: que “[...] [a]s crianças que eram atendidas pela creche ‘Ignácio de Loyola Torres’ foram transferidas para as Escolas Municipais de Educação Infantil” (“Prefeitura inaugura Berçário Municipal”, 1997, p. 06); que a ordem de chegada, no Berçário, para efetuar a matrícula não valeria “[...] para a seleção das crianças, as assistentes sociais é que vão acompanhar o processo de matrícula” (“Prefeitura inaugura Berçário Municipal”, 1997, p. 06); e que o Berçário contava com um “[...] ambulatório com pediatra, enfermeira e auxiliar de enfermagem para atendimento as crianças” (“Prefeitura inaugura Berçário Municipal”, 1997, p. 06). O *Jornal da Manhã* assinalou ainda a declaração do então prefeito municipal de Marília/SP, José Abelardo Guimarães Camarinha (1996-1999; 2000-2004), para quem a inauguração do berçário foi “[...] mais um compromisso assumido com a população mais carente da cidade” (“Prefeitura inaugura Berçário Municipal”, 1997, p. 06).

Concomitantemente ao fato, a administração local decidiu aderir à municipalização do ensino – séries iniciais do ensino fundamental –, enviando proposta à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo; até o momento, Marília/SP mantinha apenas serviços de parques infantis na educação infantil.

Após a implantação da municipalização das séries iniciais, o município passou a atuar na educação fundamental, tanto no ensino regular quanto na modalidade supletiva – alfabetização de jovens e adultos –, o que acarretou redução de matrículas na educação infantil e o aumento de ingresso no ensino fundamental.

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição em estudo denominava-se, inicialmente, Creche “Ignácio de Loyola Torres”; inaugurada em 1966, possuía cunho assistencialista e sua manutenção ficava a cargo de uma entidade religiosa/espírita.

Na Marília/SP da década de 1940 ao final da década de 1990, a presença de

movimentos religiosos em prol de instituições assistenciais revelava o atendimento à criança de zero a três anos apenas, a princípio, em módicas ações da Secretaria da Assistência Social do Estado de São Paulo e, posteriormente, em escassas deliberações da Secretaria da Assistência Social do Município, de tal modo que as creches não eram assumidas, plenamente, nem pelo governo municipal nem pelo governo estadual.

Dentre outros resultados relevantes da análise das referências, obtidos até o momento, destaca-se a participação ativa da comunidade espírita e da comunidade católica na constituição das primeiras creches na cidade de Marília/SP. Esses resultados contribuem também para compreender que as primeiras iniciativas em favor do atendimento às crianças de zero a três anos de idade, foram consideradas benesses praticadas por instituições religiosas e confessionais, voltadas a atender às necessidades das mães trabalhadoras, principalmente: operárias nas poucas indústrias locais e empregadas domésticas.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, a recepção em creches foi integrada ao sistema educacional enquanto dever do Estado, direito da criança e opção da família. Da mesma forma, os indicativos parciais assinalados propiciam coligir que, com a publicação das Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a Creche “Ignácio de Loyola Torres” foi transferida para a guarda da administração do município de Marília/SP, Brasil, sendo, conseqüentemente, transformada no Berçário Municipal “Mãe Cristina”, funcionando no prédio do Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”.

Por último, constato que, no âmbito da história da educação no Brasil, a importância do movimento político em favor do atendimento pelo poder público às crianças de zero a três anos de idade, como parte do sistema de educação nacional, foi de incontestável valia, garantindo a expansão da educação infantil pública, embora o pertencimento da creche ao sistema educacional ainda não tenha garantido, até o momento, a universalização do atendimento público nesse segmento.

REFERÊNCIAS

BAIRROS de periferia terão berçários. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 7 set. 1997. Diário Geral, p. 11A.

EDUCAÇÃO inaugura primeiro berçário. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 6 set. 1997. p. 8A.

INAUGURADA a Creche Ignácio Loyola Torres. *Jornal do Comércio*, Marília, 24 jul. 1966. Não paginado.

LARA, P. C. de (1991). *Marília, sua terra, sua gente*. Marília: Iguatemy comunicações.

LEITE FILHO, A.; NUNES, M. F. (2013). Direitos da criança à educação infantil: reflexões sobre a história e a política. In: Kramer, S.; Nunes, M. F.; & Carvalho, M. C. (Orgs.). *Educação infantil: formação e responsabilidade* (p.67-88). Campinas/SP: Papirus.

MILITÃO, S. C. N. (2003). *A municipalização do ensino em processo: impactos da legislação educacional de 1996 no Estado de São Paulo e as decorrências no município de Marília*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, Brasil.

MORTATTI, M. do R. L. (2000). *Os sentidos da alfabetização: São Paulo – 1876/1994*. São Paulo: Editora UNESP.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de (2011). *Educação Infantil: fundamentos e métodos* (7ª ed.). São Paulo: Cortez.

PREFEITURA inaugura Berçário Municipal. *Jornal da Manhã*, Marília, 7 set. 1997, p.6.

ROSEMBERG, F. (2011). Do embate para o debate: educação e assistência no campo da educação infantil (4ª ed.). In: MACHADO, M. L. de A. (Org.). *Encontros e desencontros em educação infantil* (p. 63-78). São Paulo: Cortez.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

DENISE PEREIRA - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

MARISTELA CARNEIRO- Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 3, 6, 26, 42, 50, 56, 57, 58, 59, 65, 66, 67, 70, 73, 74, 76, 80, 82, 102, 129, 130, 131, 137, 138, 139, 160, 161, 301, 321, 322, 369

África do Sul 148, 149, 150, 151, 154, 155

Arquitetura 32, 143, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172

Arquivo 1, 21, 26, 27, 29, 30, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 76, 77, 78, 81, 87, 111, 113, 115, 116, 117, 144, 243, 258, 371

Arquivos escolares 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116

Arquivos municipais 1

B

Bens patrimoniais 50, 55, 107, 108

Berçário “Mãe Cristina” 133, 134, 135, 137, 138

Burocracia 8, 65, 70, 80

C

Cidadania 11, 12, 15, 16, 19, 56, 152, 153

Cidade 1, 5, 8, 12, 13, 14, 16, 21, 26, 35, 40, 41, 42, 56, 68, 77, 78, 80, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 96, 98, 102, 106, 109, 111, 114, 120, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 144, 147, 157, 158, 160, 164, 166, 167, 169, 171, 172, 179, 184, 185, 186, 187, 205, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 229, 260, 268, 282, 288, 293, 296, 300, 301, 302, 303, 317, 319, 321, 323, 354, 359, 361

Construir 23, 85, 87, 101, 110, 123, 147, 157, 158, 172, 206, 209, 337, 341, 342, 345, 357

Creche 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Cultura 10, 12, 13, 16, 20, 27, 29, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 43, 50, 55, 60, 61, 63, 68, 81, 82, 89, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 108, 112, 113, 115, 117, 120, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 147, 151, 153, 154, 157, 161, 166, 171, 172, 173, 174, 176, 183, 190, 241, 242, 247, 249, 253, 259, 272, 273, 275, 276, 279, 281, 282, 291, 292, 343, 345, 347, 350, 355, 359, 360, 365, 366, 367, 372, 373, 376, 382, 384, 385

Culturas políticas 148, 149, 151, 154, 155

E

Educação patrimonial 11, 12, 13, 16, 19, 20, 53, 54, 55, 56, 63, 107, 108, 109, 112, 113, 117

Ensino 12, 13, 18, 19, 20, 39, 53, 54, 55, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 111, 112, 131, 133, 137, 138, 140, 141, 147, 261, 270, 356, 368, 370, 371, 372, 374, 375, 379, 380, 381, 385

Ensino de história 12, 18, 19, 20, 53, 54, 97, 102, 105, 261, 270

Ensino primário 65, 66, 69, 80, 82

Estudos africanos 148, 155

Exército brasileiro 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 125, 144, 147

F

Fiscalização 26, 65, 69, 70, 72, 74, 77, 80

Fontes históricas 6, 11, 17, 18, 20, 67, 113, 115, 318

G

Grupo escolar 65, 66, 68, 71, 74, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 167

H

História 2, 3, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 37, 39, 40, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 164, 165, 171, 172, 173, 174, 175, 182, 183, 190, 191, 192, 200, 201, 204, 210, 211, 213, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239, 240, 242, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 270, 271, 272, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 287, 290, 291, 292, 294, 296, 301, 303, 304, 318, 324, 328, 329, 355, 356, 358, 360, 361, 364, 365, 366, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 376, 377, 379, 381, 382, 383, 384, 385

História da educação 66, 67, 82, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 117, 133, 134, 139

História do tempo presente 148

História militar 141, 142, 143, 144, 147

Historiografia 6, 21, 100, 110, 114, 117, 127, 141, 142, 143, 146, 147, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 280, 281, 282, 290, 292, 294, 336, 339, 376, 383

I

Identidade 2, 3, 10, 12, 13, 19, 22, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 57, 63, 70, 95, 96, 100, 101, 103, 106, 108, 113, 114, 143, 149, 153, 157, 161, 172, 202, 216, 222, 241, 243, 244, 245, 246, 253, 258, 275, 281, 289, 291, 333, 334, 343, 346, 350, 355, 364, 366, 384

Instituições profissionais 133

Interdisciplinaridade 2, 174, 183

Intervenção 84, 95, 106, 162, 203, 223, 354

L

Lei 10639/03 97, 98

Luiz Gonzaga 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182

M

Memória 11, 12, 13, 19, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 82, 84, 85, 87, 93, 95, 96, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 123, 125, 127, 129, 133, 142, 144, 151, 157, 172, 173, 174, 208, 219, 248, 250, 252, 254, 255, 256, 258, 259, 292, 303, 319, 320, 323, 324, 333, 334, 340, 350, 364, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 378

Montes Guararapes 45, 46, 47, 48, 49, 51

Monumento às bandeiras 84, 85, 86, 87, 91, 92, 95, 96

Morar 77, 157, 158, 165, 166, 172, 177

Município 1, 3, 4, 5, 6, 9, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 57, 72, 73, 128, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 160, 162, 186, 273, 274, 275, 361

Música 98, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 216, 219, 225, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 257, 258, 259

P

Pátio da cruz 84, 85, 90, 93, 94, 95

Patrimônio 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 84, 91, 95, 96, 107, 109, 110, 113, 115, 116, 117, 134, 149, 157, 161, 171, 172, 173, 177, 294, 298, 299, 300, 369, 371

Patrimônio cultural 1, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 30, 41, 49, 52, 54, 63, 96, 109, 113, 149, 157, 172

Patrimônio territorial 1, 3, 4, 5, 7, 9, 21, 22, 24, 25, 26

Potencialidades 23, 32, 40, 41, 44

Presença negra 97, 98, 99, 240

R

Registros documentais 21

Relações internacionais 148, 149, 150, 155

S

São Francisco do Sul 1, 9, 10, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30

Serra Negra do Norte 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44

Sociedade 1, 4, 12, 19, 22, 23, 24, 29, 32, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 66, 67, 68, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 97, 98, 99, 100, 102, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 121, 124, 125, 126, 127, 142, 143, 145, 152, 153, 157, 159, 160, 161, 171, 172, 173, 190, 194, 195, 197, 198, 226, 230, 238, 240, 244, 254, 256, 275, 276, 279, 281, 286, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303, 318, 320, 321, 322, 323, 333, 346, 347, 355, 361, 365, 368, 372, 373, 374, 378, 381, 382

T

Trabalhar 42, 63, 79, 100, 101, 123, 127, 137, 157, 158, 160, 165, 166, 172, 177, 279, 307, 308, 361, 362, 369

Turismo sustentável 32, 41

V

Vigésio Sétimo 27º Grupo de Artilharia de Campanha 141, 142, 144

Vila 1, 5, 8, 21, 26, 41, 160, 168, 283

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-823-6



9 788572 478236